



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005755-68.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Themistocles Barbosa Ferreira Neto**
 Requerido: **SEB DO BRASIL PRODUTOS DOMÉSTICOS LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido produto fabricado pela ré, o qual ainda dentro do prazo para garantia apresentou problemas de funcionamento.

Alegou ainda que o produto foi encaminhado à assistência técnica em 07 de março/2014, não tendo a questão sido resolvida até o momento.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em substituir o produto por outro ou reembolsar o valor pago pelo mesmo.

Os documentos que instruíram o relato exordial respaldam as alegações do autor.

Demonstram a aquisição do produto em apreço (fl. 05), seu encaminhamento à assistência técnica no início de março/2014 (fl. 06) e que a ré tinha conhecimento de que a pendência não havia sido solucionada até 21 de maio (fl. 07).

Já a contestação não refutou os fatos articulados pelo autor ou apresentou elementos que atuassem com óbice à pretensão deduzida.

Nesse sentido, em momento algum a ré negou o vício aludido ou a falta de resolução para ele há mais de trinta dias.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O argumento de que o autor não teria fornecido seus dados bancários para que se implementasse a restituição do valor é irrelevante porque não a exime da responsabilidade da ré que promana do art. 18, § 1º, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor.

Tal dispositivo incide à hipótese vertente, seja porque evidenciado o decurso do trintídio sem que o vício da mercadoria fosse sanado, seja porque já levado a cabo o depósito de fl. 32.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 549,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Diante do depósito de fl. 32, defiro desde já a expedição de mandado de levantamento em favor do autor a seu propósito.

Oportunamente, manifeste-se o autor sobre a satisfação de sua pretensão.

Poderá a ré retirar o produto que se encontra na assistência técnica, dando-lhe a destinação que lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**